

A MEDIATIZAÇÃO DO CASO DO BISPO DO PORTO NOS JORNAIS PORTUGUESES (1958-1969) – O PODER DO JORNALISMO EM TEMPO DE CENSURA

CARLA BAPTISTA¹

ICNOVA/NOVA FCSH

carlamariabaptista@gmail.com

RELAÇÕES ESTADO NOVO, IGREJA CATÓLICA E IMPRENSA

Este capítulo analisa a cobertura jornalística do exílio e posterior regresso ao país de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto entre 1952-1982, no contexto das relações entre o Estado, a Igreja e a Imprensa. Em 1958, a divulgação pública não autorizada e a circulação clandestina de uma carta à qual D. António chamou um “pró-memória”, discutindo desafrontadamente os temas de uma audiência apazada com o presidente do Conselho, abriu um conflito com Salazar e ditou o seu afastamento compulsivo em 1959. O bispo só foi autorizado a regressar e a retomar as funções eclesíásticas em 1969, durante o governo de Marcelo Caetano. Durante esses 10 anos, D. António viveu em Espanha, Itália, França e Alemanha, participou em encontros religiosos, incluindo no marcante II Concílio Vaticano, convocado por João XXI em Outubro de 1962, fez trabalho pastoral, sobretudo em Espanha (Valência) e na Alemanha, realizou inúmeros contatos internacionais e manteve-se informado sobre a atualidade nacional, recebendo amiúde visitas de amigos portugueses ligados à igreja, à política e ao jornalismo.

¹ Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA), onde coordena o Grupo de Investigação Media & Jornalismo.

Raul Rego, ex-seminarista com o curso de Teologia concluído em 1936, mais tarde anticlerical, jornalista do *Diário de Lisboa* desde 1959 e diretor do jornal *República* a partir de 1972, foi um dos contactos privilegiados na imprensa portuguesa e é a figura chave, como veremos adiante, para compreendermos a forma como o regresso do bispo foi amplamente mediatizado em 1969. Além da óbvia natureza política, religiosa e diplomática, este caso inclui uma dimensão jornalística singular, que constitui o nosso principal foco.

O percurso de D. António Ferreira Gomes entre 1958 até ao 25 de Abril acompanha as mudanças mais significativas que ocorreram nas relações entre o poder e a imprensa na transição do salazarismo para o marcelismo. No final da década de 60 do século XX, os jornalistas portugueses estavam mais politizados, eram maioritariamente hostis ao regime e procuravam explorar as histórias potencialmente incómodas para o governo. O regresso heróico de um bispo “rebelde”, duramente castigado por discordância ideológica, era uma dessas histórias. Com exceção dos jornais fidelíssimos ao regime, desacreditados e sem influência real junto da opinião pública, a maioria das publicações soube amplificar o potencial do episódio. Fragilizar o regime e mobilizar a opinião pública contra a censura e os desmandos de poder eram objetivos de uma agenda jornalística que lavrava nos espaços vazios do poder.

D. António estava longe de ser um ilustre desconhecido e foi esse “lastro” já cultivado na imprensa que alavancou a mediatização posterior do seu caso. Devido ao seu prestígio intelectual, ao poder fático da diocese do Porto, às intervenções políticas anteriores, ao reconhecimento internacional e aos contactos que mantinha com militantes da Ação Católica Portuguesa (ACP) e com jovens católicos progressistas (os envolvimento mais determinantes neste episódio são com António Alçada Baptista, Manuela Correia, Nuno Teotónio Pereira e Francisco Lino Neto), era “uma figura nacional”, segundo Salgado de Matos (1999:39): “A partir de 1957, as intervenções de D. António na ACP e as citações que dele faz o *Novidades* apresentam-no como uma alternativa a Cerejeira (...) Mais do que um candidato à sucessão, aparece já como o novo chefe eclesial.”

A potencial politização da Igreja era um tema tabu cada vez menos paginável com a vontade de intervenção social e cívica expressa por círculos influentes de católicos progressistas, motivados inicialmente pela repressão da campanha eleitoral protagonizada pelo general Humberto Delgado. Segundo Salgado de Matos (1999: 29-30), as eleições presidenciais de 1958 trouxeram uma “inovação histórica”:

Pela primeira vez desde a fundação do Estado Novo, católicos, organizados enquanto tal, tiveram uma intervenção pública de crítica aos métodos

da Igreja e, indiretamente, da situação. Este facto era uma das principais dimensões da crise da «situação» que até aí beneficiara do apoio praticamente unânime dos católicos. Essa quase unanimidade é quebrada a 19 de Maio de 1958, data na qual um grupo de 28 dirigentes católicos escrevera uma carta ao diretor do diário católico *Novidades* para «manifestar, respeitosa, mas vivamente, a sua discordância e o seu desgosto perante a atitude assumida pelo jornal que V. Ex.^a dirige em relação à presente campanha eleitoral». Protestavam particularmente contra a falta de uma «atitude imparcial» em relação às três candidaturas presidenciais.²

Embora Salazar tivesse ficado melindrado com a divulgação clandestina do “pró memória”, a animosidade com o bispo do Porto ultrapassa a sua incapacidade para esquecer o que considerava uma afronta³. No cerne está, nas palavras do bispo registadas no pró-memória, “um problema enorme, histórico e decisivo: pode ou não pode o católico ter dimensão política? Deve ou não deve o católico ter dimensão política?”⁴

Esta dúvida, obviamente retórica, leva-o a formular a fatídica pergunta na carta em que pretende antecipar os temas a discutir no encontro aprazado com Salazar:

– Tem o Estado qualquer objeção a que os católicos (...) iniciem um mínimo de organização e ação políticas, a fim de estarem aptos, nas próximas eleições legislativas ou quando o julgarem oportuno, a concorrer ao sufrágio com programa definido e com os candidatos que preferirem?⁵

Salazar tinha todas as objeções a tal projeto. Não havia nada que mais lhe repugnasse. Segundo a Constituição de 1933, o Estado Novo estruturava-se como Estado corporativo, com um único partido político, a União Nacional, magnanimamente

2 Matos (1999). A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958-Outubro de 1959). *Análise Social*, vol. XXXIV (150), 1999, 29-90. O grupo de signatários incluía, entre outros, Adérito Sedas Nunes, António Alçada Baptista, Francisco Lino Neto, João Salgueiro, Nuno Portas, Pedro Tamen, Mário Murteira, Manuela Silva, Francisco Pereira de Moura, João Bénard da Costa, João Gomes, Manuel Serra, Nuno Portas, Carlos Portas, Nuno Teotónio Pereira, Nuno de Bragança, Henrique Barrilaro Ruas e Manuel de Lucena.

3 Segundo o criador da Mocidade Portuguesa, engenheiro Francisco Nobre Guedes: “A desforra, para não dizer o prazer da vingança, fez sempre parte do rol de imperfeições do filho da senhora Maria do Resgate [nome da mãe de Salazar]”. Citado em *Revista E*, jornal Expresso, 18 Agosto 2018, p. 51.

4 GOMES, António Ferreira: *Pró-Memória (Carta a Salazar)*, Porto, Fundação Spes, p. 15. Disponível em: <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaaSalazar.pdf>

5 Fernando Ferreira Gomes, sobrinho de D. António, disponível em https://www.snpcultura.org/id_texto_sacudiu_salazarismo.html

“aberta a toda a gente”, ou seja, esvaziada de efetiva dimensão política. O “desfasamento” de pensamento entre os dois homens inscreve-se por isso no contexto mais vasto das relações entre a Igreja e o Estado e ultrapassa o mero dissídio pessoal, embora esse ódio existisse e fosse mútuo. Numa evocação de D. António, o seu sobrinho, Fernando Ferreira Gomes, recorda como D. António nunca mais pronunciou o nome de Salazar: “Sem nunca o desrespeitar, utilizava sempre expressões como ‘o homem do poder’, o ‘autocrata’, o ‘senhor que nos governa’, o ‘antigo aluno do seminário de Viseu’, mas jamais o seu nome!”⁶

A questão política é o argumento central que explica a violência da perseguição movida a D. António, impedido pela PIDE de atravessar a fronteira portuguesa em Outubro de 1959, quando regressava das longas férias sugeridas como forma de acalmar a ira de Salazar, que foram já uma manobra para o afastar do Porto. O próprio explica estas circunstâncias, em carta preservada na Fundação SPES:

Recusada a entrada na fronteira de Valença, à ordem do ‘senhor e dono’ de Portugal, transmitida pelo Sr. Morais da PIDE, depois de ter estanciado uns dias por Vigo, por convite do Sr. Cardeal Arcebispo de Santiago (Fernando Quiroga y Palacios) (a pedido do Núncio em Madrid, tocado evidentemente de Lisboa).⁷

Nessa ocasião, D. António compreende então, talvez pela primeira vez, a extensão da gravosa medida que lhe é imposta, exclamando: “Estou exilado, civilmente exilado!”⁸

A recusa de entrada, reiterada mais do que uma vez, incluindo quando pediu para vir assistir ao funeral da mãe, falecida em Novembro de 1965, é reveladora da radicalização da posição de Salazar, que moveu uma concertada estratégia de apagamento da figura do bispo, ignorou as diligências de conciliação realizadas pela hierarquia da Igreja e, confidencialmente, através dos canais diplomáticos junto da Santa Fé, exigiu do Papa a sua destituição, chegando a ameaçar com a dissolução da AÇÃO Católica Portuguesa (Barreto, 1996). Salazar nunca vergou na obstinada proscricção do bispo e mobilizou todos os recursos de que dispunha para forçar a sua resignação, prolongando um imbróglio religioso e político difícil de sustentar. A rutura com o bispo representou um dos momentos mais sensíveis do relacionamento entre o ditador e o seu amigo de longa data, cardeal D.

⁶ https://www.snpcultura.org/id_texto_sacudiu_salazarismo.html

⁷ A Fundação SPES foi criada por testamento por D. António Ferreira Gomes. Documento acessível em <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/3Estouexiladocivilmenteexilado.pdf>

⁸ <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/3Estouexiladocivilmenteexilado.pdf>

Manuel Cerejeira, já que nem um patriarca assumidamente leal ao regime podia deixar de ressentir-se da brutal ingerência na autonomia da Igreja.

O caso é exemplar do pragmatismo que Salazar imprimiu às relações do Estado com a Igreja Católica (Cruz, 1998; Simpson, 2014). A catolização consagrada em 1940 com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé foi cautelosa. A estratégia de Salazar visava tanto a eliminação dos obstáculos políticos herdados da I República (o sentimento laico e anticlerical) como a preservação do poder do Estado contra quaisquer influências, incluindo a religiosa. Uma das pedras de toque da sua governação, na base do conflito com o Bispo do Porto, foi impedir a politização da Igreja e garantir que a militância religiosa permanecia estritamente espiritual.

O “bifrontismo” típico da política salazarista no relacionamento com os sectores da sociedade visava simultaneamente pacificar e neutralizar, e não passou despercebida ao Vaticano, como fica claro na carta que Ramiro Valadão, deputado da União Nacional, escreve a Salazar em Março de 1958, na qual confia o teor de uma conversa mantida com Monsenhor Luigi Gentile, auditor da nunciatura em Lisboa: “Monsenhor pensa sobre Salazar que raramente o católico influenciou o estadista – foram 30 anos de opressão antes de 1926, seguidos de 30 anos de omissão.”⁹

A solução encontrada pela Santa Fé revela uma política que, sem hostilizar o Estado Novo, também não lhe cedeu totalmente. Nem o Papa João XXIII nem o seu sucessor, Paulo VI, renegaram D. António, embora tenham existido pressões discretas para que renunciasse por sua vontade. Na recusa deste, e durante a sua ausência, a condução da diocese do Porto foi assegurada por D. Florentino de Andrade e Silva, bispo auxiliar desde 1954, nomeado Administrador Apostólico pelo Papa João XXIII em Outubro de 1969.

EXÍLIO E REGRESSO: EVOLUÇÃO DA COBERTURA JORNALÍSTICA

A análise comparada dos materiais de imprensa publicados em 1958 e em 1969, bem como a análise de documentação depositada nos arquivos Salazar, PIDE/DGS, Marcelo Caetano e Direção Geral dos Serviços de Censura, demonstra como o alinhamento dos jornais existente no primeiro período já não se verificava em 1969. Em 1958, a saída para o exílio, a pretexto de uma viagem “em gozo de férias”, sugerida pelo patriarca D. José da Costa Nunes, enviado do Vaticano à diocese do

⁹ AOS, PC-51-1, Caixa 564, Pasta 1.

Porto, que supunha temporária e afinal veio a durar dez anos, foram totalmente silenciadas pela ação da censura. Esse quadro hegemónico, potenciado por um rígido controlo editorial dos jornais que permitiu “apagar” do espaço público, sem explicações oficiais, o bispo que presidia à diocese mais importante do país em termos do número de católicos praticantes¹⁰, já não se verifica em 1969.

Entre Setembro de 1958 e Outubro de 1959, ocorreu, nas palavras de Luís Salgado Matos (1999), uma “campanha de imprensa” usada como instrumento político contra D. António Ferreira Gomes. Em 1969, verificou-se o oposto: uma campanha de imprensa contra o regime e a censura. Na primeira fase, foram mobilizados os jornais oficiais, designadamente o *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional, e *A Voz*, diário monárquico e católico. A posição do diário *Novidades*, propriedade da União Gráfica e ocupando o lugar de jornal oficioso do Episcopado, foi mais prudente. Não subscreveu a campanha difamatória montada para atacar D. António, mas também não acolheu a sua defesa. Dirigido na época pelo padre Ave-lino Gonçalves mas sob influência direta do Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, era o mais profissional dos diários católicos. Vários jornalistas marcantes iniciaram a sua vida profissional no *Novidades*, ocupando mais tarde posições chave em jornais influentes (casos de Silva Costa e João Coito, que foram chefes de redação do *Diário de Lisboa* e do *Diário de Notícias*). No seu livro de memórias¹¹, o padre Luís de Azevedo Mafra, antigo assistente de movimentos de Ação Católica no tempo do cardeal Cerejeira, sintetiza a posição do jornal: “O *Novidades* poderia satisfazer o ‘establishment’ católico; não satisfazia, porém, os que queriam mais objetividade, independência e renovação. No aspeto político, seguia a linha conformista, senão apoiante do regime, da Igreja portuguesa.”¹²

O caso do bispo do Porto é paradigmático dos usos previstos por Salazar para os meios de comunicação social. O controle do campo jornalístico, bem como de outros espaços de debate e reflexão suscetíveis de gerarem visões diferentes e, por conseguinte, indesejável conflito institucional, revelou-se um instrumento fundamental da política de informação do Estado Novo. Nem sempre foi possível garantir a total opacidade dos assuntos e a sua invisibilidade no espaço público, mas os mecanismos discursivos que Salazar dispunha para neutralizar os adversários (não falamos da violência exercida pela polícia política) foram quase sem-

10 REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. PINTO, António Costa, e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Lisboa: ICS, 2008, p. 256-257

11 Mafra, Luís de Azevedo, *Lisboa no Tempo do Cardeal Cerejeira – Um Testemunho*, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.

12 Entrevista ao jornal Público, acessível em <https://www.publico.pt/sociedade/jornal/catolicos-sustentaram-o-estado-novo-132493>

pre eficazes. Um desses recursos era a mobilização dos jornais oficiais (*Diário da Manhã*), oficiosos (*Diário de Notícias*), bem como da Emissora Nacional e da RTP, contra as vozes discordantes, seja pela campanha panfletária, seja pelo silenciamento. No epílogo deste caso, em 1969, os jornalistas desafiaram a máquina censória do regime e ganharam a batalha.

O PAPEL DE RAUL REGO

“O caso do sr. Bispo do Porto constitui um dos casos mais salientes na evolução da mentalidade portuguesa do último século e contribuiu de forma decisiva para a clarificação das relações Igreja-Estado (...) foi com o exílio do prelado português que se verificou à evidência como era daninha para a verdadeira vida espiritual, e para todo o conjunto da vida nacional, o prosseguimento da confusão de poderes e o silenciamento sistemático das gentes sobre temas que têm de ser agitados para se lhes encontrar solução”¹³. Em Maio de 1973, Raul Rego abria assim um artigo de duas páginas no jornal *República*, do qual era diretor, acompanhando uma longa entrevista a D. António Ferreira Gomes, realizada por João Gomes, igualmente jornalista daquele vespertino. Esta era a primeira conversa marcante entre “um prelado e um jornal agnóstico”, como Rego sublinha com fina ironia e constituiu um “êxito jornalístico: “A entrevista foi lida e relida (ou melhor, devorada) em todos os sectores da opinião pública portuguesa, suscitou comentários, provocou polémica. A tiragem do jornal, embora largamente aumentada, esgotou-se rapidamente.”¹⁴

Apesar de ser a primeira vez que o vetusto *República* colocava um bispo na primeira página, o diálogo entre Raul Rego e D. António tinha longas raízes, já produziu trabalhos relevantes e causara-lhe vários dissabores com a censura. A sua obstinação em acompanhar de perto a cumplicidade da Igreja Católica com o regime valeu-lhe a quarta prisão, em 1968, quando o livro *Para um diálogo com o sr. Cardeal Patriarca* foi apreendido pela PIDE e o seu autor detido e interrogado em Caxias¹⁵.

Raul Rego estava atento à evolução da situação do bispo do Porto, conhecia as pressões efetuadas por políticos liberais católicos ligados ao círculo do Porto (o mais influente dos quais foi Francisco Sá Carneiro) junto de Marcelo Caetano

¹³ Jornal *República*, 23-5-1973, p. 10.

¹⁴ Jornal *República*, 23-5-1973, p. 9.

¹⁵ Raul Rego pretendeu com este livro responder diretamente ao livro publicado por D. Manuel Carejeira em 1967, intitulado *Na Hora do Diálogo*, criticando o silêncio do cardeal patriarca sobre a censura e as prisões políticas. Terá sido o próprio cardeal a intervir pela sua libertação.

para que autorizasse o regresso do bispo e recebeu seguramente informação antecipada de que esta decisão estava iminente. No dia 1 de Maio de 1969, acompanhado por Mário Soares, visitou D. António em Alba de Tormes, em Salamanca, onde este aguardava já o levantamento da interdição de entrada em Portugal. Nessa altura, Rego escreveu para o *Diário de Lisboa*, onde era redator, três artigos sobre a viagem, uma prodigalidade que se destinava apenas a distrair a censura: dois eram sobre a história e a beleza paisagística da região e foram publicados. O terceiro, o único que interessava, intitulava-se “O caso do senhor bispo do Porto”. Colocado em prova de página no dia 10 de Maio de 1969, foi totalmente cortado pela censura.¹⁶

Raul Rego não desistiu e a 20 de Junho de 1969 escreveu no *Diário de Lisboa* a notícia sobre o regresso de D. António, publicada na primeira página e contando finalmente aos leitores a história do encontro ocorrido em Maio. Foi o início de uma vertiginosa cadeia de notícias, artigos e entrevistas publicadas em todos os diários generalistas, que transformaram a figura do bispo na personagem mediática do momento. Recorda esta saborosa vitória no *Diário Politico* (1974: 33):

“No dia 20, no *Diário de Lisboa*, saiu o retrato de D. António Ferreira Gomes na primeira página, a notícia do seu regresso e o resumo do seu caso. Duas colunas de prosa. Somente tal notícia foi cortada pela censura, após a saída do jornal... na última edição, já nem o retrato nem muitos pormenores da informação eram autorizados. Mas o facto é que a notícia, o retrato, foram uma bomba que reben-tara as costuras à prisão censória. E tanto foi assim que jornais do Porto, *Diário Popular*, *O Século* e outros, saíram no dia 21 e seguintes com fotografias e reportagens (...). A notícia estalara e não havia como trancá-la.”

Trata-se de um acontecimento marcante para a história do jornalismo português durante o Estado Novo, um dos raros episódios em que a mediatização foi decisiva para vencer as tibiezas do governo que apostava no regresso discreto do bispo e mobilizar a opinião pública para um debate que colocava o cerne num dos tabus do regime constitucionalizado por Salazar em 1933: a igreja não faz política e os católicos, enquanto tal, devem abster-se de qualquer participação política na sociedade. Que a aura de D. António Ferreira Gomes perdurasse ainda mais 4 anos, transformando a hermética entrevista sobre política e teologia, publicada no *República* em 1973, num sucesso junto dos leitores de um jornal laico e republicano, é sintomático do capital simbólico do prelado que ousara desafiar o dogma do anterior ditador.

¹⁶ PIDE, CI (1), Processo 3953.

O CASO BISPO DO PORTO E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO JORNALÍSTICO

Em 1969, aquilo que Salazar mais temia, e Marcelo Caetano prolongou como princípio – o escândalo público –, aconteceu. A mediatização em torno do retorno do Bispo tornou impossível o apagado retomar de funções desejado pelo chefe de governo. Embora Marcelo Caetano tenha cedido às pressões de católicos próximos do regime, permitindo a sua vinda, como aliás de outros exilados (entre eles, Mário Soares, Maria Lamas, António H. de Oliveira Marques, António José Saraiva), a correspondência depositada no seu arquivo pessoal demonstra como esperava que D. António fosse discretamente para Fátima, aguardando longe do Porto o desfecho das negociações entre o Governo e a Santa Sé: “V.^a Ex.^a Revm.^a pode vir para Fátima, como deseja, quando quiser. Peço-lhe porém que não se dirija ao Porto enquanto a Santa Sé não resolver a situação do Administrador Apostólico.”¹⁷

D. António entrou em Portugal a 18 de Junho de 1969, atravessando a fronteira do Caia, vindo de Salamanca, onde passara os últimos dias alojado em instalações católicas em Alba de Tormes. Dirigiu-se efetivamente para Fátima, com hospedagem prevista na Casa das Dominicanas. Mas “aterrou” em cheio em pleno retiro espiritual do Episcopado português, um encontro que reunia o cardeal patriarca, arcebispos, bispos residenciais e bispos auxiliares, cuja data não ignorava, embora não tenha sido possível apurar se premeditou a vinda para coincidir com a sua realização. Em Fátima é aguardado por vários jornalistas, prevenidos da sua chegada¹⁸, entre os quais Mário Ventura Henriques, do *Diário Popular*, e Luís Rosa Duarte, de *O Século*, sendo entrevistado e fotografado. No dia 20 de Junho os jornais noticiam o regresso do bispo na primeira página. As notícias geram uma onda mediática, com praticamente todos os jornais generalistas, em particular os sediados no Porto (sobretudo *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*) a acompanharem de forma emotiva o reencontro com a família, amigos e paroquianos na aldeia natal de Milhundos, perto de Penafiel. O frenesim em torno do bispo é contínuo. Esteve sempre sob dois holofotes até 1974: o da PIDE, que continuava a segui-lo, a espiar-lhe a correspondência e a produzir relatórios semanais sobre a sua rotina; e o dos jornalistas, que acompanhavam zelosamente as suas atividades (homílias, palestras, reuniões), na esperança que surgissem mais declarações bombásticas.

¹⁷ AMC, Caixa 29, Correspondência/ Igrejas/ D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, n.º 5 [Carta de Marcelo Caetano a D. António Ferreira, datada de 12/06/1969]

¹⁸ A “catcha” pertenceu ao vespertino *Capital* que publicou no dia 19 de Junho uma curta nota dando conta da chegada do bispo a Portugal.

O caso, nas suas diferentes fases, teve uma dimensão internacional. Tanto o exílio do bispo como o seu inesperado regresso foram noticiados na imprensa estrangeira, sobretudo nos meios mais sensíveis à influência dos exilados políticos portugueses. É o caso do Brasil, através do *Portugal Democrático*, jornal da oposição fundado por exilados em São Paulo, mas também a imprensa generalista destacou a história nas páginas do *Diário de Notícias*, *Última Hora* e *Estado de São Paulo*. A França foi outro país que valorizou o caso, através da agência France Press mas sobretudo do *Le Monde*, bem como do jornal católico *Informations Catholiques*. O jornal inglês *Observer* e alguns (poucos) jornais ligados a comunidades emigrantes portuguesas, como o *Luso-Canadiano*, de Montreal, além do já referido e engajado politicamente *Portugal Democrático*, foram os meios usados para atingir visibilidade internacional.

CONCLUSÃO

A análise de imprensa feita ao caso do bispo do Porto demonstra como o campo jornalístico se moveu ao longo dos dez anos que este processo atravessa. Esta é uma temporalização restrita, pois a atenção mediática existiu durante vários anos depois da plena reintegração na diocese do Porto. Durante o mandato marcelista a PIDE continuou a vigiar D. António Ferreira Gomes, sinal de que se mantinham as suspeitas sobre a sua pessoa.

O final da década de 60 do século xx coincide com uma série de transformações na paisagem humana e política das redações (Correia e Baptista, 2007). O movimento de profissionalização, rejuvenescimento e crescimento que o sector dos média vive neste período resultou numa cobertura mais interventiva e mais consciente do poder do jornalismo. A ida dos jornalistas para Fátima representou um desafio inédito às restrições dos censores sobre o prelado. É um episódio ilustrativo da força que o jornalismo pode ter num contexto de rarefação e controle de informação já que, como notou Raul Rego, uma vez publicadas, as notícias sobre D. António Ferreira Gomes provocaram o efeito de “uma bomba”, geraram banhos de multidão nos primeiros dias da sua presença em Portugal e motivaram uma discussão alargada, envolvendo jornalistas, eclesiásticos, políticos e cidadãos. Em tempo de ditadura, o Governo viu a sua estratégia desautorizada e foi forçado a reconhecer a inutilidade do voto de silêncio inicialmente imposto sobre o caso.

BIBLIOGRAFIA

- Borrat, H. (1989). *El periodico, ator politico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Djick, T. (2005). *Discurso, Noticia e Ideologia. Estudos na Analise Critica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Figueira, J. (2007). *Os Jornais como Atores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa: 1974-2010*. Coimbra: Angelus Novus.
- Figueira, J. (2014). Caso Republica. A morte de um jornal cansado de lutar. In Rezola, M.I. et al. (Coord.) *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2015). A Revolução de Abril e a liberdade de imprensa em Portugal: a contestação ao 'Projeto Jesuino' em 1975. *Revista Brasileira de Historia da Midia*, 4 (1): 73-84.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas politicas de 1975*. (Tese de Doutoramento em Historia Contemporanea não publicada). NOVA FCSH, Portugal.
- Lima, H. (2017). A Imprensa na 3.^a Republica. In Sousa, J. P. et al (Org.) *Uma Historia da Imprensa Lusófona*. Vol. II. Lisboa: Media XXI.
- Mesquita, M. (1987). O Caso Republica ou o Símbolo Destruído. *Cadernos de Imprensa*, 1.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Rebelo, J. (1994). Imagens de um pretérito imperfeito. In Mesquita, M. et al. (Orgs.) *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, A. (1994). O Processo de Democratização. In Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Reis, A. (1999). O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista. In Rosas, F. (Coord.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.
- Rezola, M. I (2006). *Os militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Ribeiro, N. (2002). *A Radio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Seaton, J. et al. (1983). The Portuguese media in transition. In Maxwell, K. (Dir.) *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- Telo, A. J. (2007). *Historia Contemporanea de Portugal. Do 25 de Abril a atualidade*, Vol. I. Lisboa: Presença.

Arquivos

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 Arquivo Marcelo Caetano
 Arquivo Oliveira Salazar
 Arquivo PIDE/DGS
 Arquivo SNI – Direção Geral dos Serviços de Censura
 Fundação Mário Soares

Publicações periódicas

- A Capital*
A Voz
Diário de Lisboa
Diário de Notícias
Diário Popular
Jornal de Notícias
O Comércio do Porto
O Primeiro de Janeiro
O Século
República